

Juruna pode ganhar pensão vitalícia de R\$ 1,3 mil

Lindauro Gomes/AE-19/4/1999

Senado vai analisar projeto de lei que garante o benefício ao primeiro deputado-índio do País

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – O xavante Mário Juruna, primeiro deputado-índio do Brasil, poderá ganhar uma pensão especial vitalícia. Um projeto de lei que propõe a concessão de benefício no valor de R\$ 1.363 foi apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Essa pensão é justa, porque lutei pela causa indígena e pelos brancos”, justifica o próprio Juruna. Ele ficou conhecido nacionalmente durante o governo militar por só negociar com as autoridades “brancas” com o seu inseparável gravador.

Na eleição de 1982, Juruna foi eleito deputado federal pelo PDT do Rio, depois de ser



Juruna: “Lutei pelos índios e pelos brancos”

PROPOSTA
É QUESTÃO
DE JUSTIÇA,
DIZ BEZERRA

Magalhães (MT). Na década de 70, ele começou a circular por Brasília em busca de ajuda para a sua tribo. Com 58 anos, atualmente ele vive em

convencido pelo presidente nacional do partido, o ex-governador Leonel Brizola, a entrar na política. Cacique da aldeia Namunjurá, Juruna nasceu em Couto

cante presença na vida pública nacional, notabilizando-se pelos serviços prestados à causa indígena”. Se for aprovado pelo Senado, o projeto seguirá para a Câmara.

Antecedente – Segundo Bezerra, Juruna não tem recursos para se manter e não conseguiu acumular tempo suficiente de trabalho para requerer uma aposentadoria à Previdência. Ele chegou a dar assessoria técnica à Assembleia Nacional Consti-

tuante, ocupou funções no funcionalismo público, mas não foi suficiente para acumular o tempo necessário.

No projeto, o senador cita ainda uma decisão cujo argumento é o mesmo usado pelo parlamentar: a concessão de pensões aos irmãos sertanistas Cláudio e Orlando Villas-Boas, por seus serviços prestados à causa indígena.

E lembra, também, que Juruna, durante o exercício de seu mandato, presidiu a Comissão do Índio e tornou viável a aprovação de uma proposta alterando a composição da diretoria da Fundação Nacional do Índio (Funai). A partir dessa mudança, foi constituído um conselho que passou a fiscalizar as atividades da Funai.

Para Juruna, o governo brasileiro tem de reconhecer o valor de sua luta pela causa indígena. “No tempo da repressão militar, enquanto ninguém falava nada, eu denunciava os problemas enfrentados pelo índio”, diz.

“Por isso, o governo tem de dar um bom exemplo e aprovar o projeto”, afirma Juruna, que tentou se reeleger deputado em 1986, mas não conseguiu.

Documentação

Origem: OESP (Política)

Data: 19/11/2001 Pg. 14

Class.: 1007